

UNIDADE PRA LUTAR – CTB 2012

CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CHAPA

1º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) de todas as classes da Carreira dos TAES.

2º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) posicionados no início, no meio, no fim da Carreira dos TAES e aposentados.

3º - A chapa precisa ser ampla e composta democraticamente.

4º - A chapa precisa representar o peso das unidades e órgãos.

5º - A chapa precisa ser composta com lideranças idôneas, representativas e respeitada pela categoria.

6º - A chapa precisa representar os Campus da UFG no interior.

7º - A chapa precisa ter membros com disponibilidade de tempo para dedicar ao sindicato.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO – CHAPA UNIDADE PRA LUTAR - 2012

GOVERNO FEDERAL, ANDIFES CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

Lutar para abertura imediata de concursos públicos pelo RJU para repor o déficit e substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para as ~~áreas~~ *unidades e órgãos* administrativas e do HC.

Promover ações em defesa do Regime Jurídico Único – RJU e da contratação para o serviço público através de concursos públicos e pelo regime estatutário.

Promover debates através da realização de eventos para estabelecer novas ações em defesa da manutenção do Hospital das Clínicas vinculado à UFG, 100% público e atendendo 100% pelo SUS.

Lutar por mais recursos para os Hospitais Universitários.

Intensificar as ações em defesa da manutenção da paridade salarial entre ativos e aposentados.

Intensificar a luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 257/1996 que garante o direito à Ascensão Funcional no serviço público.

Lutar pelo aprimoramento da carreira com aumento dos percentuais de incentivo a qualificação para os títulos de ensino fundamental, médio e superior, ampliação dos níveis de capacitação e padrões de vencimentos.

Intensificar a luta junto ao MEC, Ministério do Planejamento e a Andifes para recuperação do Art. 15, da Lei 11.091 que garantia a aplicação do step constante na tabela salarial.

Lutar pela retomada imediata da discussão sobre a racionalização de cargos do PCCTAE.

Fortalecer ações junto ao MEC e Planejamento para garantir as mudanças no anexo IV, da Lei 11.091, que concede o Incentivo de Qualificação.

Lutar pela instalação imediata do grupo de trabalho sobre terceirização nos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo do auxílio alimentação, defendendo a equiparação do benefício com os demais poderes.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos benefícios como: auxílio saúde suplementar, escola, transporte, diárias e gratificações.

Unificar ações de lutas com os Servidores Públicos Federais contra as propostas de redução dos gastos com pessoal e cobrar do governo políticas públicas que fortaleça o serviço público e amplie o quadro de pessoal.

Defender a redução dos juros, com maior investimento para o crescimento do serviço público e valorização dos trabalhadores no serviço público.

Intensificar a luta para garantir a regulamentação da organização sindical e a negociação coletiva dos trabalhadores do serviço público.

Intensificar a luta pelos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais no serviço público.

Fortalecer a luta contras as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia e de orientação sexual;

Intensificar ações para garantir a definição da data-base para os trabalhadores no serviço público (1º de maio).

Intensificar ações para garantir implementação de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base.

Intensificar ações contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores que transitam no Congresso Nacional;

Intensificar a luta pela retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e Decretos contrários aos interesses dos Servidores Públicos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lutar pela devolução do vencimento básico complementar (VBC) absorvido em 2006

Desenvolver ações para retomada da luta pela isonomia salarial no poder executivo.

Lutar pela extensão das ações jurídicas transitadas e julgadas a todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Em defesa do direito irrestrito de greve no serviço público.

Lutar para garantir a Destinação de 10% do PIB e 50% do Pré-Sal para educação.

Pela revogação da Lei 9.632/98 que extinguem cargos no serviço público e de todas as demais leis que tiverem tal finalidade.

Intensificar ações para a aprovação da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral em caso de invalidez permanente.

Intensificar a luta pela manutenção da aposentadoria integral no serviço público alterando a Emenda Constitucional nº. 41.

Intensificar a luta pela regulamentação da aposentadoria especial no serviço público.

Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/ 2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados.

Intensificar ações para a garantia do reposicionamento dos aposentados, novamente ameaçada pelo Ministério do Planejamento, bem como, sua aplicação na totalidade aos que gozam do direito conforme conquista aprovada no CONSUNI.

Lutar pelo retorno do pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com os percentuais estabelecidos sobre o vencimento básico.

Defender a criação do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer na FASUBRA.

UFG e Institutos Federais

Intensificar na UFG as ações para conquistas a adoção dos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Lutar pela implantação de políticas de saúde do trabalhador como a realização dos exames periódicos.

Regulamentar a participação dos técnico-administrativos em educação nos cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como lutar pela extensão dos ~~10% das vagas da especialização para mestrado e doutorado.~~ *→ cursos de*

Desenvolver ações conjuntas com as Comissões Internas de Supervisão da Carreira – CIS, para garantir o aprimoramento da carreira.

Lutar pelo estabelecimento de políticas e disseminação de material educativo contra o assédio moral e defender a aprovação nos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino Superior de projetos contra o assédio moral.

Defender o fim do processo de terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior com a abertura de concursos públicos para suprir a demanda de trabalhadores.

Defender o aumento de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior para a destinação de projetos de qualificação e capacitação.

Defender a participação de representantes dos técnico-administrativos em educação em Seminários e Congressos para a capacitação nas ações de educação e segurança à Saúde do trabalhador. *(ampliar) outros temas*

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior, alternativas no sentido da promoção ao atendimento à saúde para portadores de necessidades especiais e doenças crônicas, que os Planos de Saúde não cobrem.

Cobrar da UFG e dos Institutos Federais a solução de questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho estabelecendo compromissos de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

Defender as diretrizes estabelecidas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PNASS.

Buscar parcerias com o DDRH e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS para capacitação, elaboração de projetos e financiamento visando o fortalecimento de ações de saúde do trabalhador. *orientar e fiscalizar o seu uso*

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS. *orientar e fiscalizar o seu uso*, bem como incentivar e promover reuniões para orientação com temas relacionados a uso de equipamentos de proteção individuais – EPIS;

Incentivar para que as Instituições Federais de Ensino Superior proporcionem maiores espaços as atividades físicas em horários alternativos como a prática de ginástica laboral.

Cobrar a capacitação dos técnico-administrativos em educação nas áreas de educação e vigilância à saúde do trabalhador nos diversos ambientes laborais. *abrir as demais áreas*

Defender a criação de grupos de estudos e/ou comissões, com o intuito de construir coletivamente manual de medidas de promoção à saúde e segurança no trabalho, conforme os próprios entendimentos e riscos de cada ambiente de trabalho;

Cobrar maior fiscalização do governo para melhoria do funcionamento dos planos de saúde, assim como o reajuste do valor do benefício hoje concedido em forma de saúde suplementar,

Defender nas Instituições Federais de Ensino Superior o estabelecimento de ações políticas de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, etc.

Desenvolver esforços para a criação de um banco de dados sobre informações de saúde do trabalhador na UFG com participação do Sindicato.

Defender a implantar pela UFG um sistema de informações que notifica os agravos à saúde - licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, visando a possibilidade de construção do perfil de adoecimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e facilitando a real visibilidade de dimensionamento das questões relacionadas à saúde no trabalho.

SINT-IFESGO

Fortalecer a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria.

Fortalecer o SINT-IFES e ampliar sua atuação na categoria no Estado de Goiás e nas lutas dos trabalhadores goianos.

Afirmar a independência do Sindicato em todas as esferas de governo, municipal, estadual ou federal.

Fortalecer e garantir avanços no processo de modernização dos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.

Garantir atualizações permanentes aos veículos online e periodicidade as publicações de jornais e boletins. *do SINT-IFESGO*

Estimular a categoria a fazer maior uso dos novos veículos de comunicação do Sindicato como: página na internet, correio eletrônico (e-mail), facebook, twitter e blog. *redes sociais*

Usar mais e melhor os veículos de comunicação do Sindicato para promover a transparência e democratização da gestão.

Fortalecer ações para ampliar espaços nos órgãos de controle social como os Conselhos Municipais e Estadual de Goiás.

Fortalecer e ampliar os grupos de trabalho e o conselho consultivo para melhorar a assessoria as coordenações e direção do Sindicato.

Dar continuidade ao processo de revitalização da Sede Social e Administrativa do Sindicato.

Fortalecer e ampliar as atividades esportivas e a escolinha de futebol do Sindicato.

Fazer novos investimentos buscando a modernização dos meios de comunicação e divulgação do Sindicato.

Fortalecer e desenvolver novos programas e projetos de integração e participação política dos aposentandos e aposentados.

Desenvolver parcerias com o DDRH para elaboração de programas de preparação para aposentadoria.

Fortalecer e desenvolver o papel da assessoria jurídica procurando melhorar o atendimento ao filiado.

Fortalecer a atuação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação dos campus avançados criando a delegacias ou seções sindicais com a mudança estatutária.

desenvolver a implementação
Criar políticas sindicais para extensão das atividades do Sindicato nas áreas assistencial, jurídica, esportiva, lazer e cultural. *para os campi da UFG ? melhorar relações*

Intensificar os mecanismos de realizações de debates e discussões sobre temas de interesses para a categoria e as Instituições Federais de Ensino Superior, como: aprimoramento da carreira, tabela salarial, etc.

Intensificar o debate no HC sobre a EBSEERH e condições de trabalho.

Desenvolver uma ampla consulta sobre as prioridades da categoria para ~~nas~~ áreas de esporte.

Apoiar as iniciativas de todas as tendências políticas decididas em assembléias da categoria.

Priorizar a formação política da categoria, promovendo cursos, workshop, debates com todas as tendências políticas.

Desenvolver ações do sindicato que fortaleça o envolvimento da base da categoria nas decisões.

desenvolver a implementação
Estimular a participação do filiado nas instâncias coletivas, como assembléias... (condensar as tres) *propostas*

UNIDADE PRA LUTAR – CTB 2012

CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CHAPA

1º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) de todas as classes da Carreira dos TAES.

2º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) posicionados no início, no meio, no fim da Carreira dos TAES e aposentados.

3º - A chapa precisa ser ampla e composta democraticamente.

4º - A chapa precisa representar o peso das unidades e órgãos.

5º - A chapa precisa ser composta com lideranças idôneas, representativas e respeitada pela categoria.

6º - A chapa precisa representar os Campus da UFG no interior.

7º - A chapa precisa ter membros com disponibilidade de tempo para dedicar ao sindicato.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO – CHAPA UNIDADE PRA LUTAR - 2012

GOVERNO FEDERAL, ANDIFES CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

Lutar para abertura imediata de concursos públicos pelo RJU para repor o déficit e substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para as áreas administrativas e do HC.

Promover ações em defesa do Regime Jurídico Único – RJU e da contratação para o serviço público através de concursos públicos e pelo regime estatutário.

Promover debates através da realização de eventos para estabelecer novas ações em defesa da manutenção do Hospital das Clínicas vinculado à UFG, 100% público e atendendo 100% pelo SUS.

Lutar por mais recursos para os Hospitais Universitários.

→ Intensificar as ações em defesa da manutenção da paridade salarial entre ativos e aposentados, *fazendo gestões junto a FASUBRA p/ desbloquear o sistema mas p/ anular o resto dos apor-
bentos que foram feitos a este processo*
-- Intensificar a luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 257/1996 que garante o direito à Ascensão Funcional no serviço público.

Lutar pelo aprimoramento da carreira com aumento dos percentuais de incentivo a qualificação para os títulos de ensino fundamental, médio e superior, ampliação dos níveis de capacitação e padrões de vencimentos.

Intensificar a luta junto ao MEC, Ministério do Planejamento e a Andifes para recuperação do Art. 15, da Lei 11.091 que garantia a aplicação do step constante na tabela salarial.

Lutar pela retomada imediata da discussão sobre a racionalização de cargos do PCCTAE.

Fortalecer ações junto ao MEC e Planejamento para garantir as mudanças no anexo IV, da Lei 11.091, que concede o Incentivo de Qualificação.

Lutar pela instalação imediata do grupo de trabalho sobre terceirização nos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo do auxílio alimentação, defendendo a equiparação do benefício com os demais poderes.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos benefícios como: auxílio saúde suplementar, escola, transporte, diárias e gratificações.

Unificar ações de lutas com os Servidores Públicos Federais contra as propostas de redução dos gastos com pessoal e cobrar do governo políticas públicas que fortaleça o serviço público e amplie o quadro de pessoal.

Defender a redução dos juros, com maior investimento para o crescimento do serviço público e valorização dos trabalhadores no serviço público.

Intensificar a luta para garantir a regulamentação da organização sindical e a negociação coletiva dos trabalhadores do serviço público.

Intensificar a luta pelos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais no serviço público.

Fortalecer a luta contra as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia e de orientação sexual;

Intensificar ações para garantir a definição da data-base para os trabalhadores no serviço público (1º de maio).

Intensificar ações para garantir implementação de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base.

Intensificar ações contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores que transitam no Congresso Nacional;

Intensificar a luta pela retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e Decretos contrários aos interesses dos Servidores Públicos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lutar pela devolução do vencimento básico complementar (VBC) absorvido em 2006

Desenvolver ações para retomada da luta pela isonomia salarial no poder executivo.

Lutar pela extensão das ações jurídicas transitadas e julgadas a todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Em defesa do direito irrestrito de greve no serviço público.

Lutar para garantir a Destinação de 10% do PIB e 50% do Pré-Sal para educação.

Pela revogação da Lei 9.632/98 que extingue cargos no serviço público e de todas as demais leis que tiverem tal finalidade.

Intensificar ações para a aprovação da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral em caso de invalidez permanente.

Intensificar a luta pela manutenção da aposentadoria integral no serviço público alterando a Emenda Constitucional nº. 41.

Intensificar a luta pela regulamentação da aposentadoria especial no serviço público.

Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/ 2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados. (Comissão de S.P. e C.F.)

Intensificar ações para a garantia do reposicionamento dos aposentados, novamente ameaçada pelo Ministério do Planejamento, bem como, sua aplicação na totalidade aos que gozam do direito conforme conquista aprovada no CONSUNI.

Lutar pelo retorno do pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com os percentuais estabelecidos sobre o vencimento básico.

Defender a criação do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer na FASUBRA.

UFG e Institutos Federais

Intensificar na UFG as ações para conquistas a adoção dos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Lutar pela implantação de políticas de saúde do trabalhador como a realização dos exames periódicos.

Regulamentar a participação dos técnico-administrativos em educação nos cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como lutar pela extensão dos 10% das vagas da especialização para mestrado e doutorado.

Desenvolver ações conjuntas com as Comissões Internas de Supervisão da Carreira – CIS, para garantir o aprimoramento da carreira.

Lutar pelo estabelecimento de políticas e disseminação de material educativo contra o assédio moral e defender a aprovação nos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino Superior de projetos contra o assédio moral.

Defender o fim do processo de terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior com a abertura de concursos públicos para suprir a demanda de trabalhadores.

Defender o aumento de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior para a destinação de projetos de qualificação e capacitação.

Defender a participação de representantes dos técnico-administrativos em educação em Seminários e Congressos para a capacitação nas ações de educação e segurança à Saúde do trabalhador.)

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior, alternativas no sentido da promoção ao atendimento à saúde para portadores de necessidades especiais e doenças crônicas, que os Planos de Saúde não cobrem.

Cobrar da UFG e dos Institutos Federais a solução de questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho estabelecendo compromissos de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

Defender as diretrizes estabelecidas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PNASS.

Buscar parcerias com o DDRH e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS para capacitação, elaboração de projetos e financiamento visando o fortalecimento de ações de saúde do trabalhador.

➤ Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS, orientar e fiscalizar o seu uso, bem como incentivar e promover reuniões para orientação com temas relacionados a uso de equipamentos de proteção individuais – EPIS;

Incentivar para que as Instituições Federais de Ensino Superior proporcionem maiores espaços as atividades físicas em horários alternativos como a prática de ginástica laboral.

➤ Cobrar a capacitação dos técnico-administrativos em educação nas áreas de educação e vigilância à saúde do trabalhador nos diversos ambientes laborais.

Defender a criação de grupos de estudos e/ou comissões, com o intuito de construir coletivamente manual de medidas de promoção à saúde e segurança no trabalho, conforme os próprios entendimentos e riscos de cada ambiente de trabalho;

Cobrar maior fiscalização do governo para melhoria do funcionamento dos planos de saúde, assim como o reajuste do valor do benefício hoje concedido em forma de saúde suplementar,

Defender nas Instituições Federais de Ensino Superior o estabelecimento de ações políticas de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, etc.

Desenvolver esforços para a criação de um banco de dados sobre informações de saúde do trabalhador na UFG com participação do Sindicato.

Defender a implantar pela UFG um sistema de informações que notifica os agravos à saúde - licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, visando a possibilidade de construção do perfil de adoecimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e facilitando a real visibilidade de dimensionamento das questões relacionadas à saúde no trabalho.

SINT-IFESGO

Fortalecer a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria.

Fortalecer o SINT-IFES e ampliar sua atuação na categoria no Estado de Goiás e nas lutas dos trabalhadores goianos.

Afirmar a independência do Sindicato em todas as esferas de governo, municipal, estadual ou federal.

Fortalecer e garantir avanços no processo de modernização dos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.

Garantir atualizações permanentes aos veículos online e periodicidade as publicações de jornais e boletins.

Estimular a categoria a fazer maior uso dos novos veículos de comunicação do Sindicato como: página na internet, correio eletrônico (e-mail), facebook, twitter e blog.

Usar mais e melhor os veículos de comunicação do Sindicato para promover a transparência e democratização da gestão.

Fortalecer ações para ampliar espaços nos órgãos de controle social como os Conselhos Municipais e Estadual de Goiás.

Fortalecer e ampliar os grupos de trabalho e o conselho consultivo para melhorar a assessoria as coordenações e direção do Sindicato.

Dar continuidade ao processo de revitalização da Sede Social e Administrativa do Sindicato.

Fortalecer e ampliar as atividades esportivas e a escolinha de futebol do Sindicato.

Fazer novos investimentos buscando a modernização dos meios de comunicação e divulgação do Sindicato.

Fortalecer e desenvolver novos programas e projetos de integração e participação política dos aposentandos e aposentados.

Desenvolver parcerias com o DDRH para elaboração de programas de preparação para aposentadoria.

Fortalecer e desenvolver o papel da assessoria jurídica procurando melhorar o atendimento ao filiado.

Fortalecer a atuação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação dos campus avançados criando a delegacias ou seções sindicais com a mudança estatutária.

Criar políticas sindicais para extensão das atividades do Sindicato nas áreas assistencial, jurídica, esportiva, lazer e cultural. *para os campi da UFG*

Intensificar os mecanismos de realizações de debates e discussões sobre temas de interesses para a categoria e as Instituições Federais de Ensino Superior, como: aprimoramento da carreira, tabela salarial, etc.

Intensificar o debate no HC sobre a EBSERH e condições de trabalho.

Desenvolver uma ampla consulta sobre as prioridades da categoria para nas áreas de esporte, *cultura e lazer*

Apoiar as iniciativas de todas as tendências políticas decididas em assembléias da categoria.

Priorizar a formação política da categoria, promovendo cursos, workshop, debates com todas as tendências políticas.

Desenvolver ações do sindicato que fortaleça o envolvimento da base da categoria nas decisões.

→ Fortalecer ações de intensificação de filiações de servidores ao SINT-IFES-GO

→ Incluir regulamentações de Data Base

→ Estimular ações de participação em reuniões da categoria assembleias

UNIDADE PRA LUTAR – CTB 2012

CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CHAPA

1º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) de todas as classes da Carreira dos TAES.

2º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) posicionados no início, no meio, no fim da Carreira dos TAES e aposentados.

3º - A chapa precisa ser ampla e composta democraticamente.

4º - A chapa precisa representar o peso das unidades e órgãos.

5º - A chapa precisa ser composta com lideranças idôneas, representativas e respeitada pela categoria.

6º - A chapa precisa representar os Campus da UFG no interior.

7º - A chapa precisa ter membros com disponibilidade de tempo para dedicar ao sindicato.

- TAVARES

- ANT. GILSON

- JOAQUIM LIMA

- ANTONIO

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO – CHAPA UNIDADE PRA LUTAR - 2012

GOVERNO FEDERAL, ANDIFES CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

Lutar para abertura imediata de concursos públicos pelo RJU para repor o déficit e substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para as áreas administrativas e do HC.

Promover ações em defesa do Regime Jurídico Único – RJU e da contratação para o serviço público através de concursos públicos e pelo regime estatutário.

Promover debates através da realização de eventos para estabelecer novas ações em defesa da manutenção do Hospital das Clínicas vinculado à UFG, 100% público e atendendo 100% pelo SUS.

Lutar por mais recursos para os Hospitais Universitários.

Intensificar as ações em defesa da manutenção da paridade salarial entre ativos e aposentados.

Intensificar a luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 257/1996 que garante o direito à Ascensão Funcional no serviço público.

Lutar pelo aprimoramento da carreira com aumento dos percentuais de incentivo a qualificação para os títulos de ensino fundamental, médio e superior, ampliação dos níveis de capacitação e padrões de vencimentos.

Intensificar a luta junto ao MEC, Ministério do Planejamento e a Andifes para recuperação do Art. 15, da Lei 11.091 que garantia a aplicação do step constante na tabela salarial.

Lutar pela retomada imediata da discussão sobre a racionalização de cargos do PCCTAE.

Fortalecer ações junto ao MEC e Planejamento para garantir as mudanças no anexo IV, da Lei 11.091, que concede o Incentivo de Qualificação.

Lutar pela instalação imediata do grupo de trabalho sobre terceirização nos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo do auxílio alimentação, defendendo a equiparação do benefício com os demais poderes.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos benefícios como: auxílio saúde suplementar, escola, transporte, diárias e gratificações.

Unificar ações de lutas com os Servidores Públicos Federais contra as propostas de redução dos gastos com pessoal e cobrar do governo políticas públicas que fortaleça o serviço público e amplie o quadro de pessoal.

Defender a redução dos juros, com maior investimento para o crescimento do serviço público e valorização dos trabalhadores no serviço público.

Intensificar a luta para garantir a regulamentação da organização sindical e a negociação coletiva dos trabalhadores do serviço público.

Intensificar a luta pelos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais no serviço público.

Fortalecer a luta contras as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia e de orientação sexual;

Intensificar ações para garantir a definição da data-base para os trabalhadores no serviço público (1º de maio).

Intensificar ações para garantir implementação de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base.

Intensificar ações contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores que transitam no Congresso Nacional;

Intensificar a luta pela retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e Decretos contrários aos interesses dos Servidores Públicos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lutar pela devolução do vencimento básico complementar (VBC) absorvido em 2006

Desenvolver ações para retomada da luta pela isonomia salarial no poder executivo.

Lutar pela extensão das ações jurídicas transitadas e divulgadas a todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Em defesa do direito irrestrito de greve no serviço público.

Lutar para garantir a Destinação de 10% do PIB e 50% do Pré-Sal para educação.

Pela revogação da Lei 9.632/98 que extinguem cargos no serviço público e de todas as demais leis que tiverem tal finalidade.

Intensificar ações para a aprovação da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral em caso de invalidez permanente.

Intensificar a luta pela manutenção da aposentadoria integral no serviço público alterando a Emenda Constitucional nº. 41.

Intensificar a luta pela regulamentação da aposentadoria especial no serviço público.

Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/ 2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados.

Intensificar ações para a garantia do reposicionamento dos aposentados, novamente ameaçada pelo Ministério do Planejamento, bem como, sua aplicação na totalidade aos que gozam do direito conforme conquista aprovada no CONSUNI.

Lutar pelo retorno do pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com os percentuais estabelecidos sobre o vencimento básico.

Defender a criação do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer na FASUBRA.

UFG e Institutos Federais

Intensificar na UFG as ações para conquistas a adoção dos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Lutar pela implantação de políticas de saúde do trabalhador como a realização dos exames periódicos.

Regulamentar a participação dos técnico-administrativos em educação nos cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como lutar pela ~~extensão dos 10% das vagas da especialização para~~ mestrado e doutorado. *pa* *ops out bor*

- Desenvolver ações conjuntas com as Comissões Internas de Supervisão da Carreira – CIS, para garantir o aprimoramento da carreira.

Lutar pelo estabelecimento de políticas e disseminação de material educativo contra o assédio moral e defender a aprovação nos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino Superior de projetos contra o assédio moral.

Defender o fim do processo de terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior com a abertura de concursos públicos para suprir a demanda de trabalhadores.

Defender o aumento de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior para a destinação de projetos de qualificação e capacitação.

Defender a participação de representantes dos técnico-administrativos em educação em Seminários e Congressos para a capacitação ~~nas ações de educação e segurança à Saúde do trabalhador.~~

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior, alternativas no sentido da promoção ao atendimento à saúde para portadores de necessidades especiais e doenças crônicas, que os Planos de Saúde não cobrem.

Cobrar da UFG e dos Institutos Federais a solução de questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho estabelecendo compromissos de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

Defender as diretrizes estabelecidas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PNASS.

Buscar parcerias com o DDRH e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS para capacitação, elaboração de projetos e financiamento visando o fortalecimento de ações de saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS, *dan levi* orientar e fiscalizar o seu uso, bem como incentivar e promover reuniões para orientação com temas relacionados a uso de equipamentos de proteção individuais – EPIS;

Incentivar para que as Instituições Federais de Ensino Superior proporcionem maiores espaços as atividades físicas em horários alternativos como a prática de ginástica laboral.

- Cobrar a capacitação dos técnico-administrativos em educação nas áreas de educação e vigilância à saúde do trabalhador nos diversos ambientes laborais.

Defender a criação de grupos de estudos e/ou comissões, com o intuito de construir coletivamente manual de medidas de promoção à saúde e segurança no trabalho, conforme os próprios entendimentos e riscos de cada ambiente de trabalho;

Cobrar maior fiscalização do governo para melhoria do funcionamento dos planos de saúde, assim como o reajuste do valor do benefício hoje concedido em forma de saúde suplementar,

Defender nas Instituições Federais de Ensino Superior o estabelecimento de ações políticas de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, etc.

Desenvolver esforços para a criação de um banco de dados sobre informações de saúde do trabalhador na UFG com participação do Sindicato.

Defender a implantar pela UFG um sistema de informações que notifica os agravos à saúde - licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, visando a possibilidade de construção do perfil de adoecimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e facilitando a real visibilidade de dimensionamento das questões relacionadas à saúde no trabalho.

SINT-IFESGO

Fortalecer a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria.

Fortalecer o SINT-IFES e ampliar sua atuação na categoria no Estado de Goiás e nas lutas dos trabalhadores goianos.

Afirmar a independência do Sindicato em todas as esferas de governo, municipal, estadual ou federal.

Fortalecer e garantir avanços no processo de modernização dos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.

Garantir atualizações permanentes aos veículos online e periodicidade as publicações de jornais e boletins.

Estimular a categoria a fazer maior uso dos novos veículos de comunicação do Sindicato como: página na internet, correio eletrônico (e-mail), facebook, twitter e blog.

Usar mais e melhor os veículos de comunicação do Sindicato para promover a transparência e democratização da gestão.

Fortalecer ações para ampliar espaços nos órgãos de controle social como os Conselhos Municipais e Estadual de Goiás.

Fortalecer e ampliar os grupos de trabalho e o conselho consultivo para melhorar a assessoria as coordenações e direção do Sindicato.

Dar continuidade ao processo de revitalização da Sede Social e Administrativa do Sindicato.

Fortalecer e ampliar as atividades esportivas e a escolinha de futebol do Sindicato.

Fazer novos investimentos buscando a modernização dos meios de comunicação e divulgação do Sindicato.

Fortalecer e desenvolver novos programas e projetos de integração e participação política dos aposentados e aposentadas.

Desenvolver parcerias com o DDRH para elaboração de programas de preparação para aposentadoria.

Fortalecer e desenvolver o papel da assessoria jurídica procurando melhorar o atendimento ao filiado.

Fortalecer a atuação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação dos campus avançados criando a delegacias ou seções sindicais com a mudança estatutária.

 Criar políticas sindicais para extensão das atividades do Sindicato nas áreas assistencial, jurídica, esportiva, lazer e cultural.

Intensificar os mecanismos de realizações de debates e discussões sobre temas de interesses para a categoria e as Instituições Federais de Ensino Superior, como: aprimoramento da carreira, tabela salarial, etc.

Intensificar o debate no HC sobre a EBSETH e condições de trabalho.

Desenvolver uma ampla consulta sobre as prioridades da categoria para as áreas de esporte.

Apoiar as iniciativas de todas as tendências políticas decididas em assembléias da categoria.

Priorizar a formação política da categoria, promovendo cursos, workshop, debates com todas as tendências políticas.

Desenvolver ações do sindicato que fortaleça o envolvimento da base da categoria nas decisões.

UNIDADE PRA LUTAR – CTB 2012

CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CHAPA

1º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) de todas as classes da Carreira dos TAES.

2º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) posicionados no início, no meio, no fim da Carreira dos TAES e aposentados.

3º - A chapa precisa ser ampla e composta democraticamente.

4º - A chapa precisa representar o peso das unidades e órgãos.

5º - A chapa precisa ser composta com lideranças idôneas, representativas e respeitada pela categoria.

6º - A chapa precisa representar os Campus da UFG no interior.

7º - A chapa precisa ter membros com disponibilidade de tempo para dedicar ao sindicato.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO – CHAPA UNIDADE PRA LUTAR - 2012

GOVERNO FEDERAL, ANDIFES CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

Lutar para abertura imediata de concursos públicos pelo RJU para repor o déficit e substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para as áreas administrativas e do HC.

Promover ações em defesa do Regime Jurídico Único – RJU e da contratação para o serviço público através de concursos públicos e pelo regime estatutário.

Promover debates através da realização de eventos para estabelecer novas ações em defesa da manutenção do Hospital das Clínicas vinculado à UFG, 100% público e atendendo 100% pelo SUS.

Lutar por mais recursos para os Hospitais Universitários.

Intensificar as ações em defesa da manutenção da paridade salarial entre ativos e aposentados.

Intensificar a luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 257/1996 que garante o direito à Ascensão Funcional no serviço público.

Lutar pelo aprimoramento da carreira com aumento dos percentuais de incentivo a qualificação para os títulos de ensino fundamental, médio e superior, ampliação dos níveis de capacitação e padrões de vencimentos.

Intensificar a luta junto ao MEC, Ministério do Planejamento e a Andifes para recuperação do Art. 15, da Lei 11.091 que garantia a aplicação do step constante na tabela salarial.

Lutar pela retomada imediata da discussão sobre a racionalização de cargos do PCCTAE.

Fortalecer ações junto ao MEC e Planejamento para garantir as mudanças no anexo IV, da Lei 11.091, que concede o Incentivo de Qualificação.

Lutar pela instalação imediata do grupo de trabalho sobre terceirização nos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo do auxílio alimentação, defendendo a equiparação do benefício com os demais poderes.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos benefícios como: auxílio saúde suplementar, escola, transporte, diárias e gratificações.

Unificar ações de lutas com os Servidores Públicos Federais contra as propostas de redução dos gastos com pessoal e cobrar do governo políticas públicas que fortaleça o serviço público e amplie o quadro de pessoal.

Defender a redução dos juros, com maior investimento para o crescimento do serviço público e valorização dos trabalhadores no serviço público.

Intensificar a luta para garantir a regulamentação da organização sindical e a negociação coletiva dos trabalhadores do serviço público.

Intensificar a luta pelos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais no serviço público.

Fortalecer a luta contra as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia e de orientação sexual;

Intensificar ações para garantir a definição da data-base para os trabalhadores no serviço público (1º de maio).

Intensificar ações para garantir implementação de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base.

Intensificar ações contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores que transitam no Congresso Nacional;

Intensificar a luta pela retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e Decretos contrários aos interesses dos Servidores Públicos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lutar pela devolução do vencimento básico complementar (VBC) absorvido em 2006

Desenvolver ações para retomada da luta pela isonomia salarial no poder executivo.

Lutar pela extensão das ações jurídicas transitadas e julgadas a todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Em defesa do direito irrestrito de greve no serviço público.

Lutar para garantir a Destinação de 10% do PIB e 50% do Pré-Sal para educação.

Pela revogação da Lei 9.632/98 que extingue cargos no serviço público e de todas as demais leis que tiverem tal finalidade.

Intensificar ações para a aprovação da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral em caso de invalidez permanente.

Intensificar a luta pela manutenção da aposentadoria integral no serviço público alterando a Emenda Constitucional nº. 41.

Intensificar a luta pela regulamentação da aposentadoria especial no serviço público.

Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/ 2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados.

Intensificar ações para a garantia do reposicionamento dos aposentados, novamente ameaçada pelo Ministério do Planejamento, bem como, sua aplicação na totalidade aos que gozam do direito conforme conquista aprovada no CONSUNI.

Lutar pelo retorno do pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com os percentuais estabelecidos sobre o vencimento básico.

Defender a criação do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer na FASUBRA.

UFG e Institutos Federais

Intensificar na UFG as ações para conquistas a adoção dos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Lutar pela implantação de políticas de saúde do trabalhador como a realização dos exames periódicos.

Regulamentar a participação dos técnico-administrativos em educação nos cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como lutar pela extensão dos 10% das vagas da especialização para mestrado e doutorado.

Desenvolver ações conjuntas com as Comissões Internas de Supervisão da Carreira – CIS, para garantir o aprimoramento da carreira.

Lutar pelo estabelecimento de políticas e disseminação de material educativo contra o assédio moral e defender a aprovação nos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino Superior de projetos contra o assédio moral.

Defender o fim do processo de terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior com a abertura de concursos públicos para suprir a demanda de trabalhadores.

Defender o aumento de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior para a destinação de projetos de qualificação e capacitação.

Defender a participação de representantes dos técnico-administrativos em educação em Seminários e Congressos para a capacitação nas ações de educação e segurança à Saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior, alternativas no sentido da promoção ao atendimento à saúde para portadores de necessidades especiais e doenças crônicas, que os Planos de Saúde não cobrem.

Cobrar da UFG e dos Institutos Federais a solução de questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho estabelecendo compromissos de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

Defender as diretrizes estabelecidas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PNASS.

Buscar parcerias com o DDRH e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS para capacitação, elaboração de projetos e financiamento visando o fortalecimento de ações de saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS, orientar e fiscalizar o seu uso, bem como incentivar e promover reuniões para orientação com temas relacionados a uso de equipamentos de proteção individuais – EPIS;

Incentivar para que as Instituições Federais de Ensino Superior proporcionem maiores espaços as atividades físicas em horários alternativos como a prática de ginástica laboral.

Cobrar a capacitação dos técnico-administrativos em educação nas áreas de educação e vigilância à saúde do trabalhador nos diversos ambientes laborais.

Defender a criação de grupos de estudos e/ou comissões, com o intuito de construir coletivamente manual de medidas de promoção à saúde e segurança no trabalho, conforme os próprios entendimentos e riscos de cada ambiente de trabalho;

Cobrar maior fiscalização do governo para melhoria do funcionamento dos planos de saúde, assim como o reajuste do valor do benefício hoje concedido em forma de saúde suplementar,

Defender nas Instituições Federais de Ensino Superior o estabelecimento de ações políticas de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, etc.

Desenvolver esforços para a criação de um banco de dados sobre informações de saúde do trabalhador na UFG com participação do Sindicato.

Defender a implantar pela UFG um sistema de informações que notifica os agravos à saúde - licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, visando a possibilidade de construção do perfil de adoecimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e facilitando a real visibilidade de dimensionamento das questões relacionadas à saúde no trabalho.

SINT-IFESGO

Fortalecer a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria.

Fortalecer o SINT-IFES e ampliar sua atuação na categoria no Estado de Goiás e nas lutas dos trabalhadores goianos.

Afirmar a independência do Sindicato em todas as esferas de governo, municipal, estadual ou federal.

Fortalecer e garantir avanços no processo de modernização dos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.

Garantir atualizações permanentes aos veículos online e periodicidade as publicações de jornais e boletins.

Estimular a categoria a fazer maior uso dos novos veículos de comunicação do Sindicato como: página na internet, correio eletrônico (e-mail), facebook, twitter e blog.

Usar mais e melhor os veículos de comunicação do Sindicato para promover a transparência e democratização da gestão.

Fortalecer ações para ampliar espaços nos órgãos de controle social como os Conselhos Municipais e Estadual de Goiás.

Fortalecer e ampliar os grupos de trabalho e o conselho consultivo para melhorar a assessoria as coordenações e direção do Sindicato.

Dar continuidade ao processo de revitalização da Sede Social e Administrativa do Sindicato.

Fortalecer e ampliar as atividades esportivas e a escolinha de futebol do Sindicato.

Fazer novos investimentos buscando a modernização dos meios de comunicação e divulgação do Sindicato.

Fortalecer e desenvolver novos programas e projetos de integração e participação política dos aposentados e aposentadas.

Desenvolver parcerias com o DDRH para elaboração de programas de preparação para aposentadoria.

Fortalecer e desenvolver o papel da assessoria jurídica procurando melhorar o atendimento ao filiado.

Fortalecer a atuação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação dos campus avançados criando a delegacias ou seções sindicais com a mudança estatutária.

Criar políticas sindicais para extensão das atividades do Sindicato nas áreas assistencial, jurídica, esportiva, lazer e cultural.

Intensificar os mecanismos de realizações de debates e discussões sobre temas de interesses para a categoria e as Instituições Federais de Ensino Superior, como: aprimoramento da carreira, tabela salarial, etc.

Intensificar o debate no HC sobre a EBSEH e condições de trabalho.

Desenvolver uma ampla consulta sobre as prioridades da categoria para nas áreas de esporte.

Apoiar as iniciativas de todas as tendências políticas decididas em assembleias da categoria.

Priorizar a formação política da categoria, promovendo cursos, workshop, debates com todas as tendências políticas.

Desenvolver ações do sindicato que fortaleça o envolvimento da base da categoria nas decisões.

UNIDADE PRA LUTAR – CTB 2012

CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CHAPA

1º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) de todas as classes da Carreira dos TAES.

2º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) posicionados no início, no meio, no fim da Carreira dos TAES e aposentados.

3º - A chapa precisa ser ampla e composta democraticamente.

4º - A chapa precisa representar o peso das unidades e órgãos.

5º - A chapa precisa ser composta com lideranças idôneas, representativas e respeitada pela categoria.

6º - A chapa precisa representar os Campus da UFG no interior.

7º - A chapa precisa ter membros com disponibilidade de tempo para dedicar ao sindicato.

Renato

Proposta 1

totalizar e mencionar a participação dos técnicos administrativos em áreas de extensão e projeto de pesquisa

Proposta 2

Presença de facebook, twitter, blog, e-mail, promover participação em redes sociais

Estimular a categoria a fazer maior uso das novas mídias de comunicação do Sindicato como: página na internet, curso eletrônico (e-mail) e promover a participação em redes sociais.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO – CHAPA UNIDADE PRA LUTAR - 2012

GOVERNO FEDERAL, ANDIFES CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

Lutar para abertura imediata de concursos públicos pelo RJU para repor o déficit e substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para as áreas administrativas e do HC.

Promover ações em defesa do Regime Jurídico Único – RJU e da contratação para o serviço público através de concursos públicos e pelo regime estatutário.

Promover debates através da realização de eventos para estabelecer novas ações em defesa da manutenção do Hospital das Clínicas vinculado à UFG, 100% público e atendendo 100% pelo SUS.

Lutar por mais recursos para os Hospitais Universitários.

Intensificar as ações em defesa da manutenção da paridade salarial entre ativos e aposentados.

Intensificar a luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 257/1996 que garante o direito à Ascensão Funcional no serviço público.

Lutar pelo aprimoramento da carreira com aumento dos percentuais de incentivo a qualificação para os títulos de ensino fundamental, médio e superior, ampliação dos níveis de capacitação e padrões de vencimentos.

Intensificar a luta junto ao MEC, Ministério do Planejamento e a Andifes para recuperação do Art. 15, da Lei 11.091 que garantia a aplicação do step constante na tabela salarial.

Lutar pela retomada imediata da discussão sobre a racionalização de cargos do PCCTAE.

Fortalecer ações junto ao MEC e Planejamento para garantir as mudanças no anexo IV, da Lei 11.091, que concede o Incentivo de Qualificação.

Lutar pela instalação imediata do grupo de trabalho sobre terceirização nos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo do auxílio alimentação, defendendo a equiparação do benefício com os demais poderes.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos benefícios como: auxílio saúde suplementar, escola, transporte, diárias e gratificações.

Unificar ações de lutas com os Servidores Públicos Federais contra as propostas de redução dos gastos com pessoal e cobrar do governo políticas públicas que fortaleça o serviço público e amplie o quadro de pessoal.

Defender a redução dos juros, com maior investimento para o crescimento do serviço público e valorização dos trabalhadores no serviço público.

Intensificar a luta para garantir a regulamentação da organização sindical e a negociação coletiva dos trabalhadores do serviço público.

Intensificar a luta pelos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais no serviço público.

Fortalecer a luta contra as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia e de orientação sexual;

Intensificar ações para garantir a definição da data-base para os trabalhadores no serviço público (1º de maio).

Intensificar ações para garantir implementação de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base.

Intensificar ações contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores que transitam no Congresso Nacional;

Intensificar a luta pela retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e Decretos contrários aos interesses dos Servidores Públicos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lutar pela devolução do vencimento básico complementar (VBC) absorvido em 2006

Desenvolver ações para retomada da luta pela isonomia salarial no poder executivo.

Lutar pela extensão das ações jurídicas transitadas e julgadas a todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Em defesa do direito irrestrito de greve no serviço público.

Lutar para garantir a Destinação de 10% do PIB e 50% do Pré-Sal para educação.

Pela revogação da Lei 9.632/98 que extingue cargos no serviço público e de todas as demais leis que tiverem tal finalidade.

entender a participação dos técnicos administrativos em ações de
defesa - parte de pesquisa

Intensificar ações para a aprovação da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral em caso de invalidez permanente.

Intensificar a luta pela manutenção da aposentadoria integral no serviço público alterando a Emenda Constitucional nº. 41.

Intensificar a luta pela regulamentação da aposentadoria especial no serviço público.

Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/ 2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados.

Intensificar ações para a garantia do reposicionamento dos aposentados, novamente ameaçada pelo Ministério do Planejamento, bem como, sua aplicação na totalidade aos que gozam do direito conforme conquista aprovada no CONSUNI.

Lutar pelo retorno do pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com os percentuais estabelecidos sobre o vencimento básico.

Defender a criação do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer na FASUBRA.

UFG e Institutos Federais

Intensificar na UFG as ações para conquistas a adoção dos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Lutar pela implantação de políticas de saúde do trabalhador como a realização dos exames periódicos.

Regulamentar a participação dos técnico-administrativos em educação nos cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como lutar pela extensão dos 10% das vagas da especialização para mestrado e doutorado.

Desenvolver ações conjuntas com as Comissões Internas de Supervisão da Carreira – CIS, para garantir o aprimoramento da carreira.

Lutar pelo estabelecimento de políticas e disseminação de material educativo contra o assédio moral e defender a aprovação nos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino Superior de projetos contra o assédio moral.

Defender o fim do processo de terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior com a abertura de concursos públicos para suprir a demanda de trabalhadores.

Defender o aumento de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior para a destinação de projetos de qualificação e capacitação.

Defender a participação de representantes dos técnico-administrativos em educação em Seminários e Congressos para a capacitação nas ações de educação e segurança à Saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior, alternativas no sentido da promoção ao atendimento à saúde para portadores de necessidades especiais e doenças crônicas, que os Planos de Saúde não cobrem.

Cobrar da UFG e dos Institutos Federais a solução de questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho estabelecendo compromissos de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

Defender as diretrizes estabelecidas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PNASS.

Buscar parcerias com o DDRH e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS para capacitação, elaboração de projetos e financiamento visando o fortalecimento de ações de saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS, orientar e fiscalizar o seu uso, bem como incentivar e promover reuniões para orientação com temas relacionados a uso de equipamentos de proteção individuais – EPIS;

Incentivar para que as Instituições Federais de Ensino Superior proporcionem maiores espaços as atividades físicas em horários alternativos como a prática de ginástica laboral.

Cobrar a capacitação dos técnico-administrativos em educação nas áreas de educação e vigilância à saúde do trabalhador nos diversos ambientes laborais.

Defender a criação de grupos de estudos e/ou comissões, com o intuito de construir coletivamente manual de medidas de promoção à saúde e segurança no trabalho, conforme os próprios entendimentos e riscos de cada ambiente de trabalho;

Cobrar maior fiscalização do governo para melhoria do funcionamento dos planos de saúde, assim como o reajuste do valor do benefício hoje concedido em forma de saúde suplementar,

Defender nas Instituições Federais de Ensino Superior o estabelecimento de ações políticas de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, etc.

Desenvolver esforços para a criação de um banco de dados sobre informações de saúde do trabalhador na UFG com participação do Sindicato.

Defender a implantar pela UFG um sistema de informações que notifica os agravos à saúde - licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, visando a possibilidade de construção do perfil de adoecimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e facilitando a real visibilidade de dimensionamento das questões relacionadas à saúde no trabalho.

SINT-IFESGO

Fortalecer a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria.

Fortalecer o SINT-IFES e ampliar sua atuação na categoria no Estado de Goiás e nas lutas dos trabalhadores goianos.

Afirmar a independência do Sindicato em todas as esferas de governo, municipal, estadual ou federal.

Fortalecer e garantir avanços no processo de modernização dos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.

Garantir atualizações permanentes aos veículos online e periodicidade as publicações de jornais e boletins.

Estimular a categoria a fazer maior uso dos novos veículos de comunicação do Sindicato como: página na internet, correio eletrônico (e-mail), facebook, twitter e blog.

Usar mais e melhor os veículos de comunicação do Sindicato para promover a transparência e democratização da gestão.

Fortalecer ações para ampliar espaços nos órgãos de controle social como os Conselhos Municipais e Estadual de Goiás.

Fortalecer e ampliar os grupos de trabalho e o conselho consultivo para melhorar a assessoria as coordenações e direção do Sindicato.

Dar continuidade ao processo de revitalização da Sede Social e Administrativa do Sindicato.

Fortalecer e ampliar as atividades esportivas e a escolinha de futebol do Sindicato.

Fazer novos investimentos buscando a modernização dos meios de comunicação e divulgação do Sindicato.

Fortalecer e desenvolver novos programas e projetos de integração e participação política dos aposentados e aposentadas.

Desenvolver parcerias com o DDRH para elaboração de programas de preparação para aposentadoria.

Fortalecer e desenvolver o papel da assessoria jurídica procurando melhorar o atendimento ao filiado.

Fortalecer a atuação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação dos campus avançados criando a delegacias ou seções sindicais com a mudança estatutária.

Criar políticas sindicais para extensão das atividades do Sindicato nas áreas assistencial, jurídica, esportiva, lazer e cultural.

Intensificar os mecanismos de realizações de debates e discussões sobre temas de interesses para a categoria e as Instituições Federais de Ensino Superior, como: aprimoramento da carreira, tabela salarial, etc.

Intensificar o debate no HC sobre a EBSETH e condições de trabalho.

Desenvolver uma ampla consulta sobre as prioridades da categoria para nas áreas de esporte.

Apoiar as iniciativas de todas as tendências políticas decididas em assembléias da categoria.

Priorizar a formação política da categoria, promovendo cursos, workshop, debates com todas as tendências políticas.

Desenvolver ações do sindicato que fortaleça o envolvimento da base da categoria nas decisões.

UNIDADE PRA LUTAR – CTB 2012

CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CHAPA

- 1º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) de todas as classes da Carreira dos TAES.
- 2º - A chapa precisa ter representação dos (as) trabalhadores (as) posicionados no início, no meio, no fim da Carreira dos TAES e aposentados.
- 3º - A chapa precisa ser ampla e composta democraticamente.
- 4º - A chapa precisa representar o peso das unidades e órgãos.
- 5º - A chapa precisa ser composta com lideranças idôneas, representativas e respeitada pela categoria.
- 6º - A chapa precisa representar os Campus da UFG no interior.
- 7º - A chapa precisa ter membros com disponibilidade de tempo para dedicar ao sindicato.

João Leite

*VER PROPOSTA
NO VÍDEO DA
3ª FOLHA*

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO – CHAPA UNIDADE PRA LUTAR - 2012

GOVERNO FEDERAL, ANDIFES CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

Lutar para abertura imediata de concursos públicos pelo RJU para repor o déficit e substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para as áreas administrativas e do HC.

Promover ações em defesa do Regime Jurídico Único – RJU e da contratação para o serviço público através de concursos públicos e pelo regime estatutário.

Promover debates através da realização de eventos para estabelecer novas ações em defesa da manutenção do Hospital das Clínicas vinculado à UFG, 100% público e atendendo 100% pelo SUS.

Lutar por mais recursos para os Hospitais Universitários.

Intensificar as ações em defesa da manutenção da paridade salarial entre ativos e aposentados.

Intensificar a luta pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 257/1996 que garante o direito à Ascensão Funcional no serviço público.

Lutar pelo aprimoramento da carreira com aumento dos percentuais de incentivo a qualificação para os títulos de ensino fundamental, médio e superior, ampliação dos níveis de capacitação e padrões de vencimentos.

Intensificar a luta junto ao MEC, Ministério do Planejamento e a Andifes para recuperação do Art. 15, da Lei 11.091 que garantia a aplicação do step constante na tabela salarial.

Lutar pela retomada imediata da discussão sobre a racionalização de cargos do PCCTAE.

Fortalecer ações junto ao MEC e Planejamento para garantir as mudanças no anexo IV, da Lei 11.091, que concede o Incentivo de Qualificação.

Lutar pela instalação imediata do grupo de trabalho sobre terceirização nos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo do auxílio alimentação, defendendo a equiparação do benefício com os demais poderes.

Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos benefícios como: auxílio saúde suplementar, escola, transporte, diárias e gratificações.

Unificar ações de lutas com os Servidores Públicos Federais contra as propostas de redução dos gastos com pessoal e cobrar do governo políticas públicas que fortaleça o serviço público e amplie o quadro de pessoal.

Defender a redução dos juros, com maior investimento para o crescimento do serviço público e valorização dos trabalhadores no serviço público.

Intensificar a luta para garantir a regulamentação da organização sindical e a negociação coletiva dos trabalhadores do serviço público.

Intensificar a luta pelos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais no serviço público.

Fortalecer a luta contras as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia e de orientação sexual;

Intensificar ações para garantir a definição da data-base para os trabalhadores no serviço público (1º de maio).

Intensificar ações para garantir implementação de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base.

Intensificar ações contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores que transitam no Congresso Nacional;

Intensificar a luta pela retirada dos Projetos de Leis, Medidas Provisórias e Decretos contrários aos interesses dos Servidores Públicos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Lutar pela devolução do vencimento básico complementar (VBC) absorvido em 2006

Desenvolver ações para retomada da luta pela isonomia salarial no poder executivo.

Lutar pela extensão das ações jurídicas transitadas e julgadas a todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Em defesa do direito irrestrito de greve no serviço público.

Lutar para garantir a Destinação de 10% do PIB e 50% do Pré-Sal para educação.

Pela revogação da Lei 9.632/98 que extingue cargos no serviço público e de todas as demais leis que tiverem tal finalidade.

Intensificar ações para a aprovação da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral em caso de invalidez permanente.

Intensificar a luta pela manutenção da aposentadoria integral no serviço público alterando a Emenda Constitucional nº. 41.

Intensificar a luta pela regulamentação da aposentadoria especial no serviço público.

Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/ 2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados.

Intensificar ações para a garantia do reposicionamento dos aposentados, novamente ameaçada pelo Ministério do Planejamento, bem como, sua aplicação na totalidade aos que gozam do direito conforme conquista aprovada no CONSUNI.

Lutar pelo retorno do pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com os percentuais estabelecidos sobre o vencimento básico.

Defender a criação do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer na FASUBRA.

UFG e Institutos Federais

Intensificar na UFG as ações para conquistas a adoção dos turnos contínuos com implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Lutar pela implantação de políticas de saúde do trabalhador como a realização dos exames periódicos.

Regulamentar a participação dos técnico-administrativos em educação nos cursos de qualificação e capacitação profissional, bem como lutar pela extensão dos 10% das vagas da especialização para mestrado e doutorado.

Desenvolver ações conjuntas com as Comissões Internas de Supervisão da Carreira – CIS, para garantir o aprimoramento da carreira.

Lutar pelo estabelecimento de políticas e disseminação de material educativo contra o assédio moral e defender a aprovação nos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino Superior de projetos contra o assédio moral.

Defender o fim do processo de terceirização nas Instituições Federais de Ensino Superior com a abertura de concursos públicos para suprir a demanda de trabalhadores.

Defender o aumento de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior para a destinação de projetos de qualificação e capacitação.

Defender a participação de representantes dos técnico-administrativos em educação em Seminários e Congressos para a capacitação nas ações de educação e segurança à Saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior, alternativas no sentido da promoção ao atendimento à saúde para portadores de necessidades especiais e doenças crônicas, que os Planos de Saúde não cobrem.

Cobrar da UFG e dos Institutos Federais a solução de questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho estabelecendo compromissos de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS.

Defender as diretrizes estabelecidas pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PNASS.

Buscar parcerias com o DDRH e Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS para capacitação, elaboração de projetos e financiamento visando o fortalecimento de ações de saúde do trabalhador.

Cobrar das Instituições Federais de Ensino Superior o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPIS, orientar e fiscalizar o seu uso, bem como incentivar e promover reuniões para orientação com temas relacionados a uso de equipamentos de proteção individuais – EPIS;

Incentivar para que as Instituições Federais de Ensino Superior proporcionem maiores espaços as atividades físicas em horários alternativos como a prática de ginástica laboral.

Cobrar a capacitação dos técnico-administrativos em educação nas áreas de educação e vigilância à saúde do trabalhador nos diversos ambientes laborais.

Defender a criação de grupos de estudos e/ou comissões, com o intuito de construir coletivamente manual de medidas de promoção à saúde e segurança no trabalho, conforme os próprios entendimentos e riscos de cada ambiente de trabalho;

Cobrar maior fiscalização do governo para melhoria do funcionamento dos planos de saúde, assim como o reajuste do valor do benefício hoje concedido em forma de saúde suplementar,

UFG
O VÉR SO DES 10 FOLHAS

COBRAR DOS IFES O FORNECIMENTO
DE EPIS (Eq. PROT. IND.), SEM
COMO A ORIENTAÇÃO É A FISCALIZAÇÃO
DO SEU USO.

Defender nas Instituições Federais de Ensino Superior o estabelecimento de ações políticas de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, etc.

Desenvolver esforços para a criação de um banco de dados sobre informações de saúde do trabalhador na UFG com participação do Sindicato.

Defender a implantar pela UFG um sistema de informações que notifica os agravos à saúde - licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, visando a possibilidade de construção do perfil de adoecimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e facilitando a real visibilidade de dimensionamento das questões relacionadas à saúde no trabalho.

SINT-IFESGO

Fortalecer a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria.

Fortalecer o SINT-IFES e ampliar sua atuação na categoria no Estado de Goiás e nas lutas dos trabalhadores goianos.

Afirmar a independência do Sindicato em todas as esferas de governo, municipal, estadual ou federal.

Fortalecer e garantir avanços no processo de modernização dos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.

Garantir atualizações permanentes aos veículos online e periodicidade as publicações de jornais e boletins.

Estimular a categoria a fazer maior uso dos novos veículos de comunicação do Sindicato como: página na internet, correio eletrônico (e-mail), facebook, twitter e blog.

Usar mais e melhor os veículos de comunicação do Sindicato para promover a transparência e democratização da gestão.

Fortalecer ações para ampliar espaços nos órgãos de controle social como os Conselhos Municipais e Estadual de Goiás.

Fortalecer e ampliar os grupos de trabalho e o conselho consultivo para melhorar a assessoria as coordenações e direção do Sindicato.

Dar continuidade ao processo de revitalização da Sede Social e Administrativa do Sindicato.

Fortalecer e ampliar as atividades esportivas e a escolinha de futebol do Sindicato.

Fazer novos investimentos buscando a modernização dos meios de comunicação e divulgação do Sindicato.

Fortalecer e desenvolver novos programas e projetos de integração e participação política dos aposentandos e aposentados.

Desenvolver parcerias com o DDRH para elaboração de programas de preparação para aposentadoria.

Fortalecer e desenvolver o papel da assessoria jurídica procurando melhorar o atendimento ao filiado.

Fortalecer a atuação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação dos campus avançados criando a delegacias ou seções sindicais com a mudança estatutária.

Criar políticas sindicais para extensão das atividades do Sindicato nas áreas assistencial, jurídica, esportiva, lazer e cultural.

Intensificar os mecanismos de realizações de debates e discussões sobre temas de interesses para a categoria e as Instituições Federais de Ensino Superior, como: aprimoramento da carreira, tabela salarial, etc.

Intensificar o debate no HC sobre a EBSEH e condições de trabalho.

Desenvolver uma ampla consulta sobre as prioridades da categoria para nas áreas de esporte.

Apoiar as iniciativas de todas as tendências políticas decididas em assembléias da categoria.

Priorizar a formação política da categoria, promovendo cursos, workshop, debates com todas as tendências políticas.

Desenvolver ações do sindicato que fortaleça o envolvimento da base da categoria nas decisões.